

## MEIO AMBIENTE E URBANIZAÇÃO NUM TERRITÓRIO GLOBALIZADO

Cynthia Morgana Boos de Quadros  
FURB – Universidade Regional de Blumenau

Lucymara Valentini Borges  
FURB – Universidade Regional de Blumenau

### Resumo

Este artigo se propõe a apresentar reflexões acerca dos impactos da globalização sobre o meio ambiente e suas imbricações com os processos de ocupação territorial e transformação dos espaços urbanos. Foi produzido a partir de pesquisa bibliográfica e articula formulações teóricas de diversos autores dedicados ao estudo da temática em pauta. Aborda a dinâmica da urbanização no cenário contemporâneo e as desigualdades sociais que emergem da nova configuração do capitalismo em escala mundial, enfatizando as dificuldades de enfrentamento da chamada crise ambiental ou ecológica. Coloca em discussão a interdependência entre países, conflitos e perspectivas de mudanças ambientais, o movimento ambientalista, o processo de industrialização e seus efeitos sobre a natureza e a sociedade, o crescimento demográfico e a relação urbano-rural.

**Palavras-chave:** globalização; crise ambiental; urbanização; industrialização; ambientalismo.

### INTRODUÇÃO

Comumente associada a um conjunto de transformações socioeconômicas com reflexos em todo o planeta, a globalização corresponde a “um amplo espectro de fenômenos que vão do econômico ao ecológico” (LEIS, 1999, p. 19). É um processo complexo e multidimensional que envolve diferentes atores e interfere em diversos âmbitos da vida humana. Apresenta-se como uma força condutora central por trás das rápidas mudanças sociais, políticas e econômicas que vêm remodelando as sociedades contemporâneas e a ordem mundial (HELD et al., 1999).

Objeto de múltiplas interpretações e formulações teóricas, o conceito de globalização converge para a ideia de movimento de ocidentalização do mundo que iniciou com a expansão das potências europeias no século XV e culminou com a atual supremacia dos Estados Unidos (WALLERSTEIN, 1974, 1980, 1988, 2002). Seria, a partir desse ponto de

vista, o auge da internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2000) ou a americanização do mundo (MACHADO, 2009; PECEQUILO, 2009).

Análise semelhante é feita por Adda (1997, p. 6), que adota o termo mundialização e se refere à dominação de um sistema econômico, o capitalismo, numa nova configuração que se traduz por “um processo de contornar, atenuar e, por fim, dismantelar as fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação do capital à escala mundial”.

Um ponto nevrálgico dessa dinâmica está no conflito entre a desregulamentação econômica levada a cabo pela globalização neoliberal e a necessidade de regulamentar a relação da sociedade com a natureza (ALTVATER, 1999). Em seus estudos sobre o tema, Escobar (1995) introduz a ideia de capitalismo pós-moderno, bem como de capitalização da natureza e da vida humana.

Na década de 1960, Lefebvre alertava que a sociedade viveria uma nova fase da história, na qual a urbanização seria a marca do novo modelo de desenvolvimento, gerando o que ele chamou de crise da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999). E no início dos anos 1970, Furtado (1974, p. 75) advertia que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria e que “o custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização”.

Sobre isso, Braidotti (2000) salienta que a mudança perceptiva da relação ser humano/natureza ocorre de acordo com as diferentes respostas para a crise ambiental, sendo necessário abordar a causa da destruição ambiental generalizada.

A partir dessas considerações e com base em referencial teórico que reúne estudos de diversos autores sobre essa temática, propomo-nos a apresentar algumas reflexões acerca dos impactos da globalização sobre o meio ambiente e suas imbricações com os processos de ocupação territorial e transformação dos espaços urbanos. Abordamos a dinâmica da urbanização no cenário contemporâneo e as desigualdades sociais que emergem da nova configuração do capitalismo em escala mundial, enfatizando as dificuldades de enfrentamento da chamada crise ambiental ou ecológica.

## GLOBALIZAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA

A globalização traduz as grandes transformações que estão se produzindo nas sociedades e, em particular, na vida cotidiana de cada habitante da Terra (GIDDENS, 1996). Esse processo, segundo Murteira (2003), tem conduzido ao condicionamento crescente das políticas econômicas nacionais pela esfera megaeconômica, ao mesmo tempo em que se adensam as relações de interdependência, dominação e dependência entre os atores internacionais e nacionais, incluindo os próprios governos nacionais que procuram pôr em prática as suas estratégias no mercado global.

Ao escrever sobre a crise de governabilidade do meio ambiente no mundo contemporâneo, Leis (1999) afirma que a interdependência dos países tem sido interpretada a partir de visões contrastantes, enfatizando duas perspectivas: uma que acredita que essa situação leva os países à cooperação e cria condições para uma ordem mundial mais racional e outra que a vê como fonte de conflito.

Talvez o paradoxo mais significativo resida no fato de que enquanto a política mundial mudou qualitativamente, a partir da crescente estruturação de uma ordem global ou transnacional, os atores políticos continuam agindo e legislando na perspectiva de uma ordem internacional sustentada no princípio da soberania nacional (LEIS, 1999, p. 20).

Leis (1999) acentua que a existência de um sistema internacional supõe certo grau de restrição à capacidade de cada país de gerir seu próprio destino e intervir nos fenômenos em curso, já que os processos de transnacionalização envolvem o movimento de bens, informações, ideias, fatores ambientais e pessoas, através de fronteiras nacionais, sem uma participação ou controle importante dos atores governamentais.

Importa considerar que a ideia de globalização como dinâmica inevitável, presente em perspectivas que tendem a negar a possibilidade de intervir no processo, serve para legitimar indevidamente uma atitude de desresponsabilização política — tanto no âmbito dos Estados-nação e das ações que eles desenvolvem quanto no contexto dos atores sociais individuais ou coletivos — face a eventuais consequências negativas (CAMPOS; CANAVEZES, 2007).

Mas se existe de fato uma crescente consciência de que as realidades de hoje são globais e, portanto, suas soluções também deveriam sê-las, não nos parece que exista, contudo, a mesma clareza a respeito de quais são os fatores e atores que neste contexto determinam um autêntico progresso da humanidade (LEIS, 1999, p. 22).

Aspecto relevante da globalização diz respeito à desterritorialização, com os problemas socioambientais não respeitando os limites territoriais dos países e constituindo problemas supranacionais. Exemplo de problema ambiental com origem espacialmente localizada, mas com repercussões globais, é o abate continuado de grandes florestas da África e da América do Sul.

Já a mudança climática, causada pelos gases lançados na atmosfera, resultantes do consumo de combustíveis fósseis, expressa a dramática dificuldade para encontrar soluções globais a problemas globais (LEIS, 1999). Especificamente nesse caso, torna-se difícil encontrar soluções que envolvam cooperativamente os responsáveis, porque a relação custo-benefício não é a mesma para todos.

## **DESIGUALDADES E CRISE AMBIENTAL**

O que caracteriza a crise ambiental global, para Guimarães (1991), é a escassez tanto de recursos naturais como de instituições internacionais qualificadas para lidar com a questão. O autor aponta a existência de um conflito entre os países desenvolvidos, controladores da agenda ambiental, e os países em desenvolvimento, incapazes de criar uma agenda alternativa que hierarquizasse a responsabilidade pelos problemas ambientais globais.

Nesse cenário, regulamentar a relação da sociedade com a natureza constitui, segundo Altvater (1999), um problema mundial cuja solução fica comprometida pela desigual correlação de forças econômicas e políticas que regulam o acesso de classes e países aos recursos naturais, entendidos como base material do desenvolvimento. Há que se considerar que 20% da humanidade têm acesso a 80% dos recursos, enquanto, na proporção inversa, 80% podem usar apenas 20% para si (ALTVATER, 1999).

Santos (2000) confirma essa disparidade ao apontar a estimativa de que a globalização favorece apenas um terço da população mundial, enquanto dois terços ficam

de fora. Sobre as relações do homem com a natureza, o autor enfatiza que “a natureza é agora unificada pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas. Mas não é mais a natureza amiga, e o homem também não é mais seu amigo” (SANTOS, 1997, p. 19). Essas diferenças e conflitos atestam que uma possível “democracia ambiental”, entendida como o direito de todos consumirem e poluírem igualmente os recursos naturais, não passa de utopia.

A liberdade de decidir o futuro está aberta apenas para aqueles que controlam as alternativas e não são obrigados a aceitar imposições. Portanto, é difícil estabelecer estruturas globais de governança. Uma das consequências disso é que a sustentabilidade ecológica ou não é possível ou se torna possível apenas sob condições de extrema desigualdade global (ALTVATER, 1999, p. 128-129).

A respeito dessa problemática, Löwy (2009, p. 135) salienta que o modo de produção e de consumo dos países capitalistas avançados, “fundado na lógica de acumulação ilimitada [...], de desperdício dos recursos, de consumo ostentatório e de destruição acelerada do meio ambiente, não pode de modo algum ser estendido ao conjunto do planeta, sob pena de crise ecológica maior”.

O autor comenta que, segundo cálculos recentes, caso o consumo médio de energia dos Estados Unidos fosse generalizado ao conjunto da população mundial, as reservas conhecidas de petróleo se esgotariam em dezenove dias. “Esse sistema está fundado, portanto, na manutenção e no agravamento da gritante desigualdade entre o Norte e o Sul” (LÖWY, 2009, p. 136).

Essa disparidade se expressa de forma mais evidente nos países subdesenvolvidos que, por causa da escassez de capitais próprios, vêm se empenhando em atrair investimento industrial estrangeiro como forma de promover a atividade econômica e gerar empregos. Os impactos ambientais gerados por esse processo de industrialização são muitas vezes negligenciados ou vistos como um custo necessário a uma política de desenvolvimento. Alguns países periféricos inclusive autorizam a constituição de lixeiras de resíduos tóxicos produzidos pelo Primeiro Mundo (CAMPOS; CANAVEZES, 2007).

## POLUIÇÃO E POBREZA

A globalização neoliberal, segundo Löwy (2000, p. 102), “conduz a uma intensificação crescente dos problemas ecológicos da Ásia, África e América Latina, em consequência de uma política deliberada de ‘exportação da poluição’ pelos países imperialistas”.

Aliás, essa política tem uma “legitimação” econômica imbatível — do ponto de vista da economia capitalista de mercado — recentemente formulada por um eminente especialista do Banco Mundial, Lawrence Summers: os pobres custam menos! Para citar seus próprios termos: “a medida dos custos da poluição prejudicial à saúde depende dos rendimentos perdidos por causa da morbidez e mortalidade acentuadas. Deste ponto de vista, determinada quantidade de poluição prejudicial à saúde deveria ser realizada no país com custos mais baixos, isto é, no país com os salários mais baixos” (LÖWY, 2000, p. 102-103).

Cabe aqui inserir a argumentação desenvolvida por Altvater (1999) ao abordar os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos:

Se tomarmos as rendas baixas do Terceiro Mundo para calcular as taxas de desconto dos custos ambientais no futuro, isso poderia resultar na ideia de que é racional transferir indústrias poluidoras e lixo para esses países de rendas mais baixas. Poderia ser possível concluir que rendas per capita baixas são um indicador de “subpoluição” para países. Portanto, faria sentido os “países subpoluídos” aceitarem a poluição em troca de compensação monetária. Na medida em que a indenização por desastres ambientais depende dos níveis de renda, os riscos são “mais baratos” em termos monetários e “menos perigosos” em países pobres que em países ricos. [...] Logo, o subdesenvolvimento econômico carrega, como subproduto, a consequência de que um povo que vive nessas condições tem menos direito de usar o meio ambiente global do que os povos dos países ricos. Essa abordagem tem implicações óbvias sobre os direitos humanos (ALTVATER, 1999, p. 133).

Ianni (1996, p. 100) contribui com esse debate ao argumentar que a sociedade global, “tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração

e antagonismo, soberania e hegemonia”, desenha “uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório”. Segundo análise do autor, a globalização alimenta a diversidade de perspectivas, a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação (IANNI, 1996).

Altvater (1995, p. 18) adverte que “a questão ecológica é uma questão social; e hoje a questão social pode ser elaborada adequadamente como questão ecológica”. Por esse prisma, “não há dúvidas de que se não se modificam aspectos importantes do atual modelo civilizatório, a fim de produzir uma aproximação entre critérios ecológicos e a dinâmica social, a espécie humana corre riscos de sobrevivência no longo prazo” (LEIS, 1999, p. 23).

## **MUDANÇAS AMBIENTAIS**

Considerando que a resolução da crise ecológica é difícil e complexa, Viola et al. (1998, p. 25) afirmam que os problemas ambientais são “efeitos ‘inesperados’ do modelo de desenvolvimento econômico dominante (capitalista – industrialista), que se ‘legitima’ atendendo as demandas de consumo da população, [que] continua aumentando dentro de um planeta com capacidade de sustentação limitada”. Por isso, no entendimento dos autores, a política ambiental, analisada em sentido amplo, não pode ser separada de uma discussão dos valores mais profundos que regem a sociedade humana.

Sachs (1986, p. 72) acentua que o crescimento pode coexistir com a desigualdade social, “reproduzindo o caminho histórico dos novos países industrializados. Mas, nesse caso, só poderá levar ao maldesenvolvimento, que beneficia uma pequena minoria e marginaliza o resto da população”. Argumenta que “o crescimento mimético, baseado em transferência de tecnologia dos países industrializados, [...] torna mais altos os custos ambientais”. Quanto a isso, adverte que os países em desenvolvimento precisam ser mais seletivos.

Para Braidotti (2000, p. 167), “o motor que impulsiona as reformas atuais é a emergência de um movimento amplo no sentido de mudanças pró-ambientais que encerrem todas as seções e divisões da sociedade e regiões geográficas”. A autora acentua que os interesses “diferem consideravelmente entre aqueles que querem simplesmente tornar o sistema ‘verde’, com a continuação da política global e das estruturas do poder econômico, e aqueles que querem mudá-lo radicalmente” (BRAIDOTTI, 2000, p. 167).

Nessa direção, Brito e Ribeiro (2003, p. 150) analisam que as mudanças que estão ocorrendo têm “uma função mais cosmética, ‘esverdeando’ os discursos e os estilos, sem gerar mudanças profundas que de fato ampliem as perspectivas para a construção de um novo estilo de vida”.

Viola (1987) ressalta que, diante do quadro de exacerbada degradação social e ambiental em escala planetária, o movimento ambientalista propõe um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico, na justiça social, na não-violência ativa e na solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Nesse contexto, o meio ambiente surge para o movimento ecológico como uma dimensão fundamental do desenvolvimento, por meio da “ideia-força de ecodesenvolvimento”.

O autor acrescenta que “a grande maioria dos ecologistas (exceto uma minoria romântica) é favorável a um desenvolvimento ecologicamente equilibrado que inclui a utilização prudente da maioria das tecnologias contemporâneas, rejeitando somente aquelas intrinsecamente predatórias” (VIOLA, 1987, p. 69). Ele lista as propostas mais difundidas entre os ecologistas: produção de energia flexível que trabalha com os ciclos do sol, da água e do vento; agricultura de regeneração que reabastece o solo e incorpora meios naturais de controle das pragas; fim da devastação das fontes de recursos naturais (renováveis e não renováveis); parada do envenenamento da biosfera pelo descarregamento de lixo tóxico; drástico controle da poluição do ar efetuada pelas indústrias e meios de transporte e redução dos “níveis aceitáveis” de exposição radioativa.

## **AMBIENTALISMO E ÉTICA**

Classificado como movimento social por estudiosos como Alain Touraine (1985) e Claus Offe (1985), o ambientalismo emergiu nos anos 1960 e se fortaleceu ao longo das duas décadas seguintes. Segundo Viola (1987), o movimento ecológico foi influenciado por inspiração marxista, como os demais movimentos sociais da década de 1980 (estudantil, de gênero, de minorias étnicas, de contracultura), mas não teve base exclusivamente numa classe, colhendo ativistas em todos os estratos sociais.

Garcia e Nova (2004) enfatizam que, como manifestação contra uma ordem social em decorrência dos processos pelos quais a sociedade cria a sua organização a partir dos conflitos de classe e acordos políticos — conforme Touraine (1985) —, o ambientalismo



ultrapassou essa proposta de ação coletiva na década de 1990 para constituir-se em um novo projeto de sociedade.

Para Guimarães (1998), o ambientalismo é uma combinação entre as opções socialistas ou ambientais no interior das nações, mas claramente ambiental-socialista ao nível global. Esse movimento tenta lutar contra o limite social e a lógica do mercado vigente na modernidade, particularmente a globalização.

Mesmo considerando que o ambientalismo se situa na esfera político-social, Leis e D'Amato (1996) defendem que os sentidos desse movimento devem ser procurados também nos campos da filosofia, da religião e das ciências humanas. Enfatizam que “o ambientalismo expressa [...] uma tendência vital e orgânica de caráter defensiva, consequência da alta entropia de nosso modelo civilizatório” (LEIS; D'AMATO, 1996, p. 13).

O desenvolvimento do ambientalismo supõe, estritamente, a continuidade do processo de mudanças de mentalidade e comportamento ético, no sentido mais qualitativo e complexo; supõe ainda a necessidade imediata de uma presença mais significativa dentro do ambientalismo de valores e práticas espirituais interagindo fortemente com o restante dos elementos do universo ambientalista (LEIS; D'AMATO, 1996, p. 16).

Os autores posicionam o ambientalismo entre o otimismo de um economicismo neoclássico — para o qual a expansão do mercado e as revoluções tecnológicas garantem um crescimento econômico permanente que resolveria todos os problemas — e o pessimismo de um biologismo malthusiano, que sempre espera um colapso da humanidade devido ao crescimento descontrolado da população ou à redução dos limites do meio ambiente para esse crescimento (LEIS; D'AMATO, 1996).

Ao argumentar que o ambientalismo se coloca “paradoxalmente” no meio de duas visões equivalentes do ponto de vista ético, “já que tanto o pessimismo de uma quanto o otimismo da outra se apoiam na suposta incapacidade da consciência humana para alcançar o bem comum e regular a vida social”, Leis e D'Amato (1996, p. 120) entendem que ele pode se situar no “justo meio” porque, “para cuidar da relação sociedade-natureza não apela, nem confia em soluções técnicas, ou determinismos históricos, senão numa mudança de valores e atitudes básicas de inspiração ética”. E isso pressupõe novos olhares para a dinâmica de ocupação e uso do solo, envolvendo aspectos relativos à

urbanização, fortemente associados ao processo de industrialização que caracteriza a sociedade urbana em tempos de globalização.

## **URBANIZAÇÃO, CAPITALISMO E SOCIEDADE**

Lefebvre (1999) utiliza o termo sociedade urbana para definir a sociedade contemporânea que nasceu da industrialização, do processo que domina e absorve a produção agrícola. A urbanização é por ele considerada como a concretização do processo de industrialização.

De acordo com Lefebvre (1999), a sociedade urbana pode ser definida a partir de três campos que remetem a tempos históricos distintos: o rural, o industrial e o urbano. O rural é marcado pela sociedade patriarcal — cidade política; o industrial, pela figura do patrão, chefe da empresa — cidade mercantil; e o urbano, pela consolidação do mercado e da sociedade global — portanto, não há mais lugar para a cidade.

A globalização e sua expressão espacial são discutidas por Santos (1993), que destaca o domínio da técnica e da informação na sociedade contemporânea, sendo estas características do período industrial. Assim como Lefebvre define três tempos históricos para melhor compreender o processo de urbanização, Santos (1996) sugere três estágios de desenvolvimento: primeiro o meio natural, segundo o meio-técnico e terceiro o meio técnico-científico-informacional. Este último iniciou após a segunda guerra mundial e se ampliou na década de 1970, inclusive nos países pobres, havendo interação entre a técnica e a ciência sob a proteção do mercado, sendo estas responsáveis pela formação e disseminação do capitalismo globalizado.

O conceito de técnico-científico-informacional surge como a chave de interpretação da sociedade contemporânea. A técnica, a ciência e a informação estão na base da produção e na utilização dos espaços, inclusive no mundo rural, caracterizando a chamada urbanização do campo. Os espaços se modificam para atender as demandas do mercado, instituindo a ideia do mundo como uma metrópole total e produzindo o que Milton Santos (1996) denomina tecnosfera, formada pelo conjunto de objetos técnicos implantados nos lugares e que, no processo de globalização, integram-se aos objetos técnicos de outros lugares — seria um “reino da técnica” (MACHADO, 2009, p. 5), adaptado aos mandamentos da produção e do intercâmbio.

Na obra *A questão urbana*, Castells (1983) discute a urbanização e apresenta duas definições distintas: concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado “cultura urbana” — característica da sociedade industrial capitalista, fundamentada na técnica de produção, que desenha uma nova concepção de cidade.

Segundo Machado (2009), a paisagem se modifica por objetos produzidos pela indústria, criados por uma demanda da sociedade urbana que é extremamente consumista e capitalista. “O lugar de gestão dessa sociedade são as cidades globais ou mesmo as metrópoles nacionais, lugares mais complexos e de implementação de novas instituições, firmas, normas, comportamentos culturais” (MACHADO, 2009, p. 6).

Ciccolella (2005) levanta a hipótese de haver vinculação entre os processos de reestruturação capitalista e a alteração das estruturas territoriais metropolitanas. Argumenta que a dinâmica de internacionalização está transformando o papel, a morfologia, o funcionamento e a estrutura das grandes cidades, reforçando seu *status* de motores geoeconômicos do sistema mundial. Acentua que a presença de novas atividades e serviços especializados, que servem de apoio e suporte às empresas globais, representa um dos fatores mais relevantes para a modificação da paisagem urbana.

O autor aponta a economia como “protagonista” das transformações no espaço urbano e afirma que a velocidade das mudanças torna instáveis esses “espaços economicamente construídos” (CICCOLELLA, 2005, p. 96). Uma consequência importante desses processos, segundo ele, é o “divórcio” crescente entre o espaço das empresas e o da vida cotidiana. Ainda afirma que o desenvolvimento econômico territorial passa efetivamente pela densidade e qualidade dos conteúdos territoriais e das interações entre atores, sendo dependente de recursos internacionais, ambiente relacional, tecido socioprodutivo, cultura, procedimentos e conhecimento estratégico “a serviço de uma nova base econômica e dos principais atores da sociedade submetidos às formas mais severas de política econômica do capitalismo neoliberal” (CICCOLELLA, 2005, p. 108).

## **CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E ÊXODO RURAL**

No entendimento de Seixas (2011), a relação entre processos globais e urbanismo implica novos quadros de análise, porque a globalização se associa ao período da história

da humanidade em que o crescimento da população mundial é mais rápido, o êxodo rural se intensifica e a população urbana atinge mais de 50% da população mundial.

Há que se considerar que em 200 anos a população mundial cresceu em proporções assustadoras, de um bilhão em 1800 para 6,1 bilhões no ano 2000 e 7 bilhões em 2011. Na década de 1930 atingiu dois bilhões e na década de 1960, três bilhões. A partir da década de 1960 a explosão demográfica foi mais sentida, pois em 40 anos a população mundial dobrou (MACHADO, 2009).

Esse crescimento populacional vem acompanhado pelo avanço da ciência e da tecnologia e pelo desenvolvimento industrial que determina mudanças nas formas e lugares de vida, assim como de produção e reprodução econômica. Machado (2009) lembra que houve inicialmente um esvaziamento do campo e o aumento do tamanho e do número de cidades e posteriormente se observou a migração do campo para as cidades e a ampliação do processo de urbanização, que se estendeu para o rural com a introdução de objetos técnicos.

A autora salienta que o crescimento populacional das últimas décadas se concentrou nas regiões mais pobres do planeta e que, embora notícias sobre a diminuição da pobreza no mundo venham sendo divulgadas,

como resultado do desenvolvimento econômico da globalização e, por conseguinte, da urbanização, a quantidade de pobres urbanos se amplia, principalmente nos países pobres, fruto da migração do campo para a cidade e do alto crescimento vegetativo, pelas elevadas taxas de natalidade da população de baixa renda (MACHADO, 2009, p. 8).

Quanto ao deslocamento do campo para a cidade, Martins (2006, p. 45) considera que essa passagem se deu sob a forma de expansão periférica e precária das cidades, acompanhada de uma notável valorização do espaço urbano equipado, particularmente nas grandes metrópoles e seus entornos. “Dessa valorização decorre que o espaço urbano em si, e tudo que nele interfere — regulamentações urbanísticas e obras públicas —, passam a ter importância econômica cada vez maior”.

Por outro lado, a nova economia reduz o emprego, particularmente o emprego estável e regular para as parcelas mais despreparadas e frágeis da população. Ao mesmo tempo, requer condições de funcionalidade urbana de superior qualidade, o que vem se

constituindo a custa de concentração de investimentos em determinadas áreas da cidade ao lado de reduzida oferta de serviços públicos onde não há mercado e em assentamentos populares ilegais (MARTINS, 2006, p. 46).

Para Peter (2008), essa “revolução urbana” não é resultado direto da globalização do território, mas tem como causa um conjunto de fatores tecnológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais vinculados à globalização e ao sistema capitalista — entre eles a revolução cultural e a separação definitiva do homem e a natureza —, que fomentou a visão da natureza hostil e da arquitetura protetora, distanciando cada vez mais o homem do meio ambiente natural e aproximando-o do artificial.

## **RELAÇÃO URBANO-RURAL**

O planeta está se urbanizando rapidamente. Pesquisas apontam que até 2025 as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo e a população deverá chegar a 10 bilhões de habitantes (MACHADO, 2009). Mas surge nesse cenário um componente novo, traduzido por um rompimento com a abordagem dicotômica que separa campo e cidade.

Guldin (2001) defende que a urbanização precisa ser conceituada como transformação estrutural e intensificação da interação em todos os pontos de uma linha contínua urbano-rural. Embora o autor tenha focado seu estudo no sul da China, as constatações que faz servem para exemplificar a configuração de uma inusitada forma de ocupação do espaço geográfico que começa a se mostrar em boa parte do mundo:

uma paisagem híbrida, um campo parcialmente urbanizado que, defendem Guldin e outros, pode ser “um caminho novo e importante de povoação humana e desenvolvimento [...] uma forma nem rural nem urbana, mas uma mistura dos dois, na qual uma rede densa de transações liga grandes núcleos urbanos com suas regiões circundantes” (DAVIS, 2006, p. 193).

Considerado um fenômeno novo por Veiga (2005), o surpreendente aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, torna cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. “A cidade e o campo se

casaram: enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza” (VEIGA, 2004, p. 58). Nesse contexto, os desempenhos econômicos e sociais das áreas rurais têm sido vistos como respostas locais à globalização.

Ao lado das novas hierarquias regionais há vastos territórios que tendem a se tornar cada vez mais excluídos das grandes dinâmicas que alimentam o crescimento da economia global. Simultaneamente, a dimensão ambiental — que envolve tanto as bases das amenidades naturais, quanto fontes de energia e biodiversidade — age essencialmente no sentido de torná-las cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar (VEIGA, 2004, p. 62).

O autor acentua que, apesar de essa “ruralidade” ser chamada de pós-industrial, pós-moderno ou pós-fordista, o que há de novo nela pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza. Argumenta que, “como movimento dos contrários, a relação urbano-rural evoluiu tanto nos países mais avançados, que alguns são tentados a imaginar que a sociedade pós-industrial será completamente urbana” (VEIGA, 2005, p. 21), prognosticando que o polo rural da contradição desaparecerá. Mas há, segundo ele, muitas razões para se afirmar que está em curso uma forte revalorização da ruralidade em vez de sua supressão por uma suposta completa urbanização.

Veiga (2005, p. 22) enfatiza que “são rurais as amenidades que já sustentam o novo dinamismo interiorano dos países mais avançados. E também são rurais, tanto as fontes de baixa entropia, quanto a biodiversidade, das quais dependerão as futuras gerações”, acentuando que “o valor do espaço rural está cada vez mais ligado a tudo o que o distingue do espaço urbano”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fenômeno da globalização, potencializado pelo capitalismo e pela crescente industrialização por ele estimulada, vem provocando uma série de transformações que reconfiguram as sociedades contemporâneas, apresentando impactos significativos nos processos de urbanização e nas relações entre homem e natureza.

Nesse cenário onde os problemas socioambientais não respeitam os limites territoriais dos países, evidenciam-se enormes dificuldades para encontrar soluções globais aos problemas ambientais que afetam todo o planeta — dilema que tem gerado conflitos importantes entre os países, notadamente entre os mais desenvolvidos e os mais pobres.

A desigual correlação de forças econômicas e políticas que regulam o acesso aos recursos naturais compromete as tentativas de regulamentar a relação da sociedade com a natureza, intensificando os problemas ecológicos nos países periféricos. A alteração das estruturas territoriais, com intensas transformações no espaço urbano, constitui outra faceta do processo de globalização que vem impactando fortemente a dinâmica de ocupação territorial, com deslocamento do campo para a cidade e a consequente expansão periférica e precária das cidades.

Ao mesmo tempo, a relação urbano-rural ganha novos contornos, tornando-se mais forte a atração pelos espaços rurais nas sociedades mais desenvolvidas, sendo os desempenhos econômicos e sociais das áreas rurais vistos como respostas locais à globalização.

## REFERÊNCIAS

ADDA, Jacques. *A mundialização da economia: gênese*. Lisboa: Terramar, 1997.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Unesp, 1995.

ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, Agnes et. al. (org.). *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 109-153.

BRAIDOTTI, Rosi. Reformas ambientais e debates sobre desenvolvimento sustentável. In: BRAIDOTTI, Rosi et al. *Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

BRITO, Daniel Chaves de; RIBEIRO, Tânia Guimarães. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. *Ambiente & Sociedade*, v. 6, n. 1, p. 147-164, jan./jul. 2003.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. *Introdução à globalização*. Porto: Instituto Bento Jesus Caraça, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CICCOLELLA, Pablo. Ciudades del capitalismo global: terra incognitae? Nuevas relaciones económico-territoriales, nuevos territorios metropolitanos: reflexiones partiendo de casos iberoamericanos. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. (org.). *Globalização e território: ajustes periféricos*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005. p. 89-110.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: SADER, Emir (org.). *Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 191-218.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARCIA, Maria Angélica Momenso; NOVA, Carlos Gilberto. Desenvolvimento sustentável, ambientalismo e cidadania ambiental: conceitos e paradigmas do século XXI. *Economia & Pesquisa*, v. 6, n. 6, p. 7-18, mar. 2004.

GIDDENS, Anthony. Affluence, poverty and the ideas of a post scarcity society. In: ALCANTARA, Cynthia Hewitt (ed.). *Social futures, global visions*. Oxford: Blackwell, 1996.

GUIMARÃES, Roberto. Modernidad, medio ambiente y etica: um nuevo paradigma de desarrollo. *Ambiente & Sociedade*, v. 1, n. 2, p. 5-24, 1998.

GUIMARÃES, Roberto. A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente. In: LEIS, Héctor (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 99-134.

GULDIN, Gregory. *What's a peasant to do: village becoming town in Southern China*. Boulder and Oxford: Westview Press, 2001.

HELD, David et al. *Global transformations: politics, economics and culture*. Cambridge: Polity Press, 1999.

IANNI, Otávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEFEVBRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luis. Contribuição para uma teoria das práticas do ambientalismo. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 19, p. 9-43, 1996.



LÖWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. *Interfacehs – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 4, n. 3, p. 132-140, set./dez. 2009.

LÖWY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 90-107.

MACHADO, Mônica Sampaio. Urbanização em tempos de globalização, de “americanização” do mundo: algumas reflexões. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA (EGAL), 12, 2009, Montevideu, Uruguai. *Anais... XII EGAL*, 2009. p. 1-16.

MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. Globalização, informalidade e regulação em cidades latino-americanas. *Cadernos Prolam/USP*, v. 5, n. 1, p. 31-49, 2006.

MURTEIRA, Mário. *Globalização: pela invenção dum tempo global e solidário*. Lisboa: Quimera, 2003.

OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaires of institutional politics. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 817-868, 1985.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do candidato: política internacional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PETER, Glenda Dimuro. *Los ecosistemas como laboratórios: la búsqueda de modos de vivir para una operatividad de la sostenibilidad*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2008.

SACHS, Ignacy. O jogo da harmonização. In: SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986. p. 71-81.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEIXAS, Paulo Castro. Urbanismo, cultura e globalização em Portugal. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), v. 3, n. 1, p. 55-75, jan./jun. 2011.

TOURAINÉ, Alain. An introduction to the study of social moviments. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 663-716, 1985.



VEIGA, José Eli. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VEIGA, José Eli. A relação rural/urbana no desenvolvimento regional. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 9-22.

VIOLA, Eduardo et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Florianópolis: UFSC, 1998.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (org.) *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/luperj, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world system*. (v. I, II, III). New York: Academic Press, 1974, 1980, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.